

Globalização financeira e as associações de bancos na América Latina¹

Ary Cesar Minella²

Introdução

O sistema financeiro passou por importantes transformações nas últimas duas décadas, cujas características básicas são a desregulamentação dos mercados e a liberalização dos fluxos de capitais. Tais mudanças, que permitiram ao capital tran-

¹ O texto constitui um dos resultados do Projeto Integrado de Pesquisa “América Latina: uma visão sócio-política das transformações e das perspectivas do sistema financeiro”, subprojeto “Empresariado Financeiro na América Latina”, realizado com apoio do CNPq. Integram a equipe de pesquisa Ary Minella (coordenador) e os bolsistas Elflay Miranda, Gabriel Schmitt, Ivandro Valdameri, além de Iara Monteiro Attuch, que atuou até outubro de 2000. Agradeço as observações e sugestões que foram apresentadas pelos participantes do Seminário Temático *Para onde vai o capitalismo no Brasil? Dilemas e perspectivas das Empresas e dos Empresários*, realizado durante o XXV Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Caxambu, Minas Gerais, de 16 a 20 de outubro de 2001 e também aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política que debateram o trabalho em Seminário Interno realizado em julho de 2002. Agradeço especialmente a Maria Antonieta Leopoldi, Marcos Novelli e Reginaldo Moraes pelas observações encaminhadas, E a Denise Gros, pela apurada revisão e sugestões pertinentes, que em muito contribuíram para melhorar o texto.

² Dr. em Estudos Latino-americanos, Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política e Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Autor do livro *Banqueiros: organização e poder político no Brasil* (Rio de Janeiro, Espaço Tempo/Anpocs, 1988). E-mail: minella@matrix.com.br.

sitar com maior liberdade entre os países, basearam-se na adoção de novos instrumentos financeiros, nas facilidades proporcionadas pelos avanços das telecomunicações e da informática e, especialmente, nas medidas governamentais de toda ordem.³

Para o conjunto da América Latina, dois aspectos interligados ganharam relevância. Primeiro, a maioria dos governos na região patrocinou, em ritmos e intensidades diferentes, um processo de abertura financeira, que resultou no incremento do número de instituições estrangeiras e no volume de ativos sob seus controles. Segundo, ocorreu um intenso processo de fusões, incorporações e privatizações que levou a uma maior concentração no sistema financeiro.

O quadro mais amplo onde se inscrevem essas transformações corresponde à fase contemporânea do capitalismo, objeto de várias denominações: “financeirização global da riqueza” (Braga, 1997), “acumulação sob dominância financeira” (Chesnais, 1998) ou até “tirania financeira” (Fitoussi, 1997). Sua essência está na elevada transferência de recursos excedentes para a órbita financeira - vale dizer às instituições financeiras e para aqueles segmentos empresariais e sociais que também compartilham desta vantagem.

Na América Latina, o serviço da dívida interna e externa transfere anualmente uma massa crescente de recursos para a órbita financeira local e internacional. Governos, empresas, assalariados e população, em geral, têm sido penalizados por altas taxas de juros reais, além de sustentarem vultosas e especulativas operações cambiais e serem onerados cada vez mais por tarifas bancárias; e serviços que incluem desde o desconto de um simples título de mensalidade escolar até comissões por operações de fusões e incorporações bilionárias.

Especialmente em função do serviço da dívida, a maioria dos governos do continente adotou políticas macroeconômicas que levaram a cortes em investimentos sociais e infra-estrutura, aumento de impostos e políticas salariais restritivas para os trabalhadores do setor público, além de medidas de privatização das empresas estatais. As empresas adotam políticas que incluem a demissão de trabalhadores, a intensificação do ritmo de trabalho e a terceirização, além de pressionarem para tornar ainda mais precários o mercado e o contrato de trabalho. Já o cidadão comum tem parte de sua renda abocanhada pelos juros do cartão de crédito, do cheque especial ou do crédito ao consumidor.

³ Para uma análise da relação entre o Estado e o sistema financeiro nos países capitalistas avançados, ver Helleiner, 1994; e Glasberg e Skidmore, 1997.

Tendo presente estes aspectos mais gerais, consideramos oportuno analisar as associações de bancos inseridas em um amplo contexto de poder das instituições financeiras no capitalismo contemporâneo que inclui: a) a existência dos conglomerados e grupos financeiros; b) o controle sobre o fluxo de capitais; e c) a participação no processo político e nos aparatos de decisão do Estado. Abordaremos inicialmente estes aspectos para depois analisar as associações e a relação com o processo atual de globalização financeira, tomando-se como indicador a participação dos bancos estrangeiros nas diretorias das entidades de representação de classe do setor financeiro.

Recuperando o conceito de grupos financeiros

Estudos recentes sobre a economia mundial, sobre a América Latina e sobre o Brasil em particular, têm apontado para a necessidade de revitalizar a análise dos grupos econômicos e, particularmente, para o que nos interessa aqui, dos grupos financeiros.⁴

Embora existam algumas divergências conceituais e dificuldades operacionais nos procedimentos empíricos de análise, em termos gerais têm-se destacado dois aspectos: primeiro, a importância dos grupos, tanto como agentes privilegiados das operações econômicas em esfera global, quanto por sua influência ou potencial de influência direta e indireta sobre as políticas governamentais e, segundo, seu papel no mundo do entretenimento e da cultura, constituindo-se como grandes artífices da cultura mundial no final do século XX (Ortiz, 1994, p.147-182).

No caso brasileiro, a retomada de estudos sobre os grupos econômicos leva a uma melhor compreensão da dinâmica econômica e política nos anos recentes (Comin, Oliveira, 1994). Em relação ao sistema financeiro brasileiro, parece extremamente útil superar a análise que enfatiza apenas as empresas ou segmentos financeiros e procurar identificar, de forma mais clara, a conformação de grupos financeiros, entendidos aqui, de forma mais genérica, como um conjunto de empresas interligadas entre si e que inclui a participação de uma ou mais instituições financeiras.⁵ Desta forma, o grupo financeiro se caracteriza por sua atuação nos setores financeiro e não financeiro da economia. Neste sentido, e para fins do estudo que

⁴ Ver Especialmente: Gonçalves, 1991; Comin, Oliveira, Saraiva, Lino, 1994; Granovetter, 1994; Alcorta, 1992; Portugal Jr. 1994; Stolovich, 1993, 1995; Schvarzer, 1995; Azpiazu, Basualdo, Khavosse, 1989.

⁵ É importante constatar que algumas publicações tratam de recuperar esta dimensão de grupo quando elaboram o ranking empresarial (caso do *Balanço Anual*, da Gazeta Mercantil) ou buscam identificar a complexa rede de participações acionárias dos maiores grupos do país (*Atlas Financeiro do Brasil*, da Editora Interinvest).

estamos realizando, caracterizamos como conglomerado financeiro aquele conjunto de empresas que atuam basicamente nos diversos segmentos do sistema financeiro.

Os dados recentes apontam para uma forte presença dos grupos financeiros - nos limites anteriormente indicados - entre os trezentos maiores grupos privados do país. Entre 1987 e 1994, o número dos grupos que operavam em atividades financeiras (incluídas as atividades de seguros) passou de 54 para 75 (Gazeta Mercantil, *Balanço Anual* 1995/96). Esta expansão ampliou o número de pequenos e médios bancos vinculados aos maiores grupos privados nacionais.

A situação de alguns destes grupos financeiros alterou-se no período mais recente, resultando na sua exclusão do mercado, na sua absorção por outros grupos, ou ainda pela venda da instituição financeira do grupo. Em 1997 encontramos 46 grupos econômicos financeiros na lista dos maiores grupos privados nacionais, na publicação da Gazeta Mercantil, mas neste ano a fonte considerou apenas os 240 maiores, dificultando em parte a comparação com os anos anteriores (*Balanço Anual*, 1998). Em seu levantamento mais recente, a Gazeta Mercantil classificou de forma conjunta os grupos estatais, privados nacionais e estrangeiros. Pode-se constatar que 26 dentre os 100 maiores grupos incluem instituições financeiras dentro do grupo, a maioria deles como empresa central. Desses, doze são estrangeiros e quatorze privados nacionais. (Cf. Gazeta Mercantil, *Balanço Anual* 2000, julho de 2000, p. 82-107).

Como é de conhecimento geral, os bancos nacionais e estrangeiros assumiram um importante papel no processo de privatização das empresas públicas brasileiras, seja através da elaboração da chamada “engenharia financeira” da privatização, seja através da participação acionária, muitas vezes, fazendo parte do novo grupo controlador.⁶ Fundos e créditos internacionais deram respaldo para algumas operações. Outras vezes, o próprio Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi chamado de forma direta ou indireta para garantir as privatizações.

Controle sobre o fluxo de capitais e hegemonia financeira

O fator fundamental para entender o poder dos bancos e das instituições financeiras é o controle que exercem sobre parte substantiva dos recursos e do fluxo de

⁶ Por exemplo, através da Bradespar, o Bradesco participa nas seguintes empresas privatizadas: Vale do Rio Doce (4,8%) e Cia Siderúrgica Nacional (17,9%).

capitais na economia. Através deste controle são capazes de impor constrangimentos ao processo decisório das políticas governamentais e das decisões estratégicas das empresas, caracterizando-se um processo que alguns autores identificam como “hegemonia financeira” (Mintz e Schwartz, 1985).

Esta teoria parte da noção de hegemonia de Gramsci, que é aplicada às instituições financeiras, e entendida em seu caráter estrutural. A “comunidade financeira”, principalmente as grandes instituições financeiras, definem as linhas gerais da economia dentro das quais as corporações não financeiras atuam. Isto é realizado, principalmente, através de três caminhos indiretos: impulso ao desenvolvimento de áreas promissoras; diminuição progressiva do compromisso em setores em declínio ou ameaçados; restrição ao compromisso para com um setor, ou uma empresa, ou um país com sinais de ameaça à confiança de sua viabilidade econômica. Além disso, pode intervir de forma mais direta retirando ou recusando capital, intervindo assim na dinâmica interna de uma empresa ou de uma economia. O exercício desta hegemonia está relacionado com a maior ou menor liquidez de capital dentro do sistema e tem a ver com as diferentes fases do ciclo econômico. Nos períodos críticos, quando a disponibilidade de capitais diminui, este poder hegemônico se faz sentir mais claramente. Países e empresas em condições de alto endividamento, necessitando renovar urgentemente seus créditos, estão submetidos de forma mais intensa aos constrangimentos dessas instituições financeiras, incluídas aqui, no caso dos países, a ação de organismos financeiros como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Neste tipo de estudo, inclui-se um elemento importante para o entendimento do poder dos bancos: a utilização, por parte dos sociólogos, de formas sofisticadas de análise de redes, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, permitindo obter dados sobre as conexões cruzadas entre as corporações. Os estudos empíricos constataram a “centralidade” dos bancos e outras instituições financeiras na rede corporativa dos Estados Unidos. (Mintz e Schwartz, 1985)

Portanto, a idéia básica é a de que as instituições financeiras têm o controle sobre a direção do fluxo de capitais e podem assim exercer forte poder sobre a economia. Algumas vezes isto é feito através de intervenções estratégicas, mas o fluxo de capitais pode ser dirigido sem intervenções diretas.

Esta hegemonia financeira tem suas bases em quatro fontes: a) a universalidade do capital como recurso; b) o papel único do capital como mercadoria (diferentemente de outros recursos negociados pelas empresas, o capital financeiro é trocado por ele mesmo); c) o fato de que as empresas não financeiras e governos buscam capital freqüentemente, abordando um conjunto dos principais bancos que

regularmente coordenam suas atividades; d) a urgência do relacionamento pois, sem capital, as empresas podem ver-se diante da possibilidade de falência (Mintz e Schwartz, 1985, p. 35-36).

Consideradas as devidas particularidades, tais elementos podem ser aplicados na análise da própria relação do Estado com o universo financeiro contemporâneo. Neste sentido, pode-se identificar duas tendências básicas no processo de decisão e implementação de políticas com repercussão direta ou indireta sobre as finanças públicas. Em uma direção, a tendência em incrementar os fatores institucionais e operacionais que favorecem esta hegemonia e, portanto, o poder das instituições e grupos financeiros. Em outra direção, alternativas que levam a diminuir ou eliminar a possibilidade desta hegemonia financeira e em geral, o papel dos grupos financeiros.

Em termos gerais, o que se constata na América Latina nos últimos anos é a adoção de políticas econômicas cada vez mais identificadas com a primeira tendência, ou seja, constringidas pelos ditames desse capital em um processo de acumulação financeira global no qual especialmente os grandes bancos e seus fundos de investimento, bem como as instituições financeiras que controlam os fluxos internacionais de capitais, são os grandes privilegiados.

Em sua dimensão interna, o financiamento do Estado através dos títulos públicos também obedeceria a uma mesma lógica, através da qual os lançamentos seguem os padrões de valorização em grande parte condicionados pelo mercado, vale dizer, especialmente pelas grandes instituições ou grupos financeiros nacionais e também pelos bancos estrangeiros, que intermediam o processo, através da chamada "indústria de fundos". As decisões sobre os tipos e os prazos dos títulos e sobre as garantias e as taxas de juros estão constringidas ou condicionadas àquilo que estas grandes instituições estão dispostas a aceitar.

As inovações financeiras, por sua vez, permitiram o acesso a recursos através de outros mecanismos além das operações de crédito e bolsa de valores. Desenvolveu-se, assim, um mercado de títulos privados e estatais para captações diretas no mercado. Com isso, ganharam importância também os investidores institucionais, especialmente os chamados fundos de pensão, cujos recursos buscam hoje sua valorização no mercado internacional, ao lado das companhias de seguros. Assim, outras instituições ganharam importância em um mercado mais desregulamentado. Mas, ao mesmo tempo, os próprios bancos comerciais e de investimento redefiniram suas funções e o desenvolvimento de novas formas de financiamento passou a ter a presença ativa dessas instituições. Atualmente uma das grandes fontes de poder destas instituições está na gestão dos recursos dos fundos de pensão, além das

chamadas grandes fortunas e dos diversos fundos de investimento que captam recursos no mercado.

Um dos aspectos mais importantes a ser destacado é a existência de uma grande concentração dos recursos em algumas poucas instituições. No caso brasileiro, podemos perceber atualmente uma clara divisão entre algumas instituições de controle estatal (especialmente Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) e alguns bancos privados nacionais e estrangeiros. Para identificar esta concentração de forma mais detalhada pode-se tomar como indicador o controle sobre ativos financeiros totais, e de forma mais específica, o controle sobre títulos e valores mobiliários e as operações de crédito e de arrendamento mercantil.

A partir de dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil, pode-se constatar que, em março de 2001, os 10 maiores bancos (aqui incluído o próprio Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES) controlavam 72,14 % dos ativos totais de todo o sistema financeiro, 65,47 % dos títulos e valores mobiliários e 73,96 % das operações de crédito e arrendamento mercantil. Considerando-se os vinte maiores bancos, os percentuais seriam de 86,71 %, 84,96 % e 87,26 % respectivamente.⁷

Direcionando-se o foco para a situação dos bancos privados, verifica-se que os 10 maiores bancos privados controlavam 41,05% do total de ativos, e eram responsáveis por 43,49% dos títulos e valores mobiliários e praticamente 40% das operações de crédito e arrendamento de todo o sistema financeiro brasileiro em 2001. Apenas três grandes bancos privados (dois nacionais e um estrangeiro) controlavam 26,15% dos títulos e valores mobiliários. Atualmente apenas cinquenta instituições financeiras e/ou grupos financeiros controlam em torno de 94% de todo o sistema financeiro do país.

Portanto, esses dados demonstram claramente que um reduzido número de instituições (estatais e principalmente privadas) exercem um considerável controle sobre o volume total de recursos que circula pelo sistema. Desta forma, quando falamos em “mercado financeiro” devemos levar em conta este grau de concentração.

Um aspecto relevante da transformação deste sistema no país, em período recente, é a expansão dos bancos estrangeiros. O controle sobre os ativos passou de 9,64%, em 1989, para 33,1% em dezembro de 2000 (Banco Central do Brasil, 2000). Entre os 10 maiores bancos privados em operação no Brasil em março de 2001, seis

⁷ Os dados levam em conta o balanço consolidado das instituições financeiras.

eram controlados pelo capital estrangeiro.⁸ Entre os 20 maiores bancos privados estão presentes 12 estrangeiros. A crescente participação do capital estrangeiro no setor ocorreu especialmente através da aquisição de bancos privados nacionais e de bancos estatais.

A questão central a ser levantada aqui é o alto grau de concentração de recursos no país que estão basicamente sob controle de algumas poucas instituições dando-lhes não apenas poder econômico, por gerenciarem um gigantesco fluxo de capital, mas também, interesse político na definição das políticas macroeconômicas que possam afetar este universo.

No cenário internacional, ocorreu nos últimos anos um intenso processo de centralização das instituições financeiras através de processos de fusões e incorporações, alguns deles envolvendo as maiores do mundo. Como resultado, tanto na Europa como nos Estados Unidos e na América Latina, o volume de empréstimo concedido ficou mais concentrado em algumas poucas instituições.⁹ Os dados também sinalizam para uma concentração no mercado de câmbio mundial em cinco maiores bancos, que controlam hoje cerca de 38% de um mercado que movimenta todo dia cerca de US\$ 1,5 trilhão.¹⁰

Este nível geral de concentração de capital permite que as decisões de algumas poucas instituições tenham um grande impacto sobre o funcionamento da economia mundial. Podem, assim, interferir no desenvolvimento ou no constrangimento de empresas, de segmentos e áreas da economia e nas decisões governamentais. A retirada de capital pode ser um instrumento para interferir no funcionamento de uma empresa, afetar a economia como um todo e forçar a adoção de determinadas medidas macroeconômicas. O resultado global é que um número reduzido de instituições financeiras e, portanto, seus controladores, passam a exercer influência sobre o mundo empresarial e governamental muito além daquela exercida por outras forças sociais, inclusive segmentos empresariais.

⁸ Nesta ordem: Santander, ABN Amro, HSBC, Citibank, Bankboston e Sudameris.

⁹ Segundo dados da Bloomberg, de Londres, os empréstimos concedidos pelos bancos no ano de 2000 superam os US\$ 2 trilhões, dos quais o *Bank of America* participou com 13,7% (aproximadamente US\$ 277,2 bilhões) e o Chase Manhattan com 11,2% (cerca de US\$ 227,2 bilhões). Na América do Norte e América do Sul, em um total de US\$ 1,16 trilhão, o primeiro banco coordenou 22% dos empréstimos, o *Chase* participou com 15,8% e o Citigroup ficou em terceiro com 11%. (Cf. Bloomberg, Empréstimos superam US\$ 2 tri e privilegiam setor de tecnologia, *Valor*, 21 de dezembro de 2000, p. C2).

¹⁰ Dados da Euromoney apud Bloomberg, de Londres: Bancos desenvolvem meios para prever fluxos cambiais. *Valor*, 18 de dezembro de 2000, p. C4.

Participação no processo político e nos órgãos de decisão do Estado

Nas considerações sobre o poder das instituições financeiras, não podemos deixar de considerar a participação direta dos empresários financeiros ou dos seus representantes em órgãos estatais estratégicos de decisão e implementação de políticas econômico-financeiras.

No Brasil alguns fatos são emblemáticos deste processo e do novo significado que adquiriu recentemente. Quando o presidente Sarney assumiu o governo (1985), indicou para presidente do Banco Central um banqueiro, presidente da Associação Brasileira de Bancos Comerciais (ABBC - hoje denominada Associação Brasileira de Bancos). Da mesma forma, um dos presidentes do Banco Central durante do governo Cardoso proveio do universo financeiro internacional e pode ser o símbolo deste processo de globalização financeira. Mais que um símbolo, pode-se interpretar como uma garantia a mais de que as políticas a serem adotadas estarão sob o escrutínio direto daqueles que se constituem nos intelectuais orgânicos dos grandes interesses da área. O indicado para presidir o Banco Central durante o início do governo Lula também está vinculado a este universo.¹¹

Para os interesses das instituições financeiras, portanto, não basta que se criem as condições que limitam as opções, mas é necessário ter garantias complementares através da presença ativa em postos-chave do aparato estatal de decisão, constituindo-se tal participação como elemento importante dentro do processo de hegemonia financeira.

Seguindo esta linha interpretativa, será necessário chamar a atenção para alguns aspectos recentes das decisões governamentais que justamente reforçam a tendência em incrementar o poder das instituições financeiras - e, portanto de reforçar sua hegemonia. Trata-se da privatização dos bancos estatais, desenvolvida pela maioria dos países da América Latina, e de uma maior abertura à participação de instituições financeiras estrangeiras.

São conhecidas as propostas e as pressões históricas dos banqueiros privados e do Banco Mundial para eliminar ou reduzir ao mínimo a presença dos bancos estatais no sistema financeiro da América Latina. Governos do Chile, do México, da Argentina e do Brasil avançaram em ritmos diferentes na criação de mecanismos

¹¹ Para mais detalhes sobre o trânsito de autoridades governamentais e o setor financeiro privado, tanto antes como depois de ocupar funções no aparato estatal, ver Neiva, 1995 e Novelli, 1999.

institucionais que facilitam atingir à privatização dos bancos sob controle estatal.¹²

Os bancos estatais foram adquiridos por grandes grupos nacionais e estrangeiros, incrementando ainda mais o processo de concentração bancária na América Latina. As privatizações facilitaram a estratégia de expansão de alguns grandes bancos internacionais que, em poucos anos, passaram a ocupar os primeiros postos no *ranking* bancário de diversos países. No Brasil, a compra de bancos estatais representou um grande negócio devido às vantagens oferecidas pelo governo, como por exemplo, vantagens relacionadas com os créditos tributários e o perdão temporário de compulsórios e aplicações obrigatórias (Carvalho, 1998).

Além desses fatores deve-se considerar ainda a participação política do empresariado financeiro, tomando-se como um dos indicadores o financiamento das campanhas eleitorais.

Nos Estados Unidos, segundo pesquisa realizada no início dos anos noventa, as instituições financeiras podem influenciar o comportamento político das outras corporações. Constatou-se, por exemplo, que as maiores empresas industriais que contribuía para um mesmo candidato, tinham em comum investidores institucionais (a maioria instituições financeiras) e diretorias cruzadas através de bancos e companhias de seguros (Mizruchi, 1992).¹³

Não encontramos estudos desta natureza no Brasil, mas a nova regulamentação eleitoral permitiu identificar com mais clareza os financiadores das campanhas. Como é sabido, os recursos formalmente declarados não representam necessariamente o gasto total de um partido e/ou candidato na campanha, mas são um importante indicador da origem desses recursos. Assim, pode-se constatar a especial participação dos bancos e dos grandes grupos financeiros no financiamento das campanhas políticas, especialmente para o Congresso e para a Presidência da República em 1994 e 1998.¹⁴

¹² Em fevereiro de 1997, o Governo brasileiro criou o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) (Resolução do CMN, n. 2365/97 e Circular do Banco Central, n. 2742/97). Foram criadas três linhas especiais de crédito, duas das quais voltadas para a privatização dos bancos e uma terceira para garantir a tomada, por parte de bancos federais, de passivos dos bancos estaduais (Previdello, 1997).

¹³ Mizruchi e Stearns (1994, p. 325) observam que se estas descobertas indicam pressão política por parte das instituições financeiras não é ainda claro, embora em alguns casos isso ocorra. E acrescentam: “o que é mais provável é que as instituições financeiras, devido à sua centralidade na rede corporativa, provêm os condutos comuns de informação através dos quais várias idéias políticas são transmitidas”.

¹⁴ Os dados oficiais da contabilidade da campanha do candidato presidencial vitorioso, entregues ao Tribunal Superior Eleitoral em novembro de 1994, indicam que o segmento financeiro

Além do financiamento de campanhas eleitorais, deve-se agregar a este indicador outras informações que identificam as possíveis conexões entre as redes corporativas e o comportamento político. Nossos dados sugerem que o espaço onde as informações e comportamentos políticos se articulam está constituído, também, pelas diversas organizações político-ideológicas que são mantidas pelas corporações ou nas quais os empresários participam diretamente. Um exemplo, que poderia ser mencionado aqui, são os Institutos Liberais, mantidos principalmente pelas grandes empresas multinacionais e bancos privados nacionais. (Gros, 2003)

As associações de classe e a globalização financeira

Na análise do poder das instituições financeiras, deve-se levar também em consideração algumas dimensões de sua organização de classe como, por exemplo, as associações de bancos e de outras instituições Financeiras que existem nos países capitalistas avançados e também na América Latina, com sua expressão formal maior, no caso dos bancos, através da Federação Latino-Americana de Bancos (Felaban).¹⁵

O avanço dos bancos estrangeiros em vários países levou à criação de associações específicas para defesa de seus interesses, como é o caso da Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI) e, até bem pouco tempo, da Associação de Bancos da República Argentina (ABRA) que, em 1999, formou com a Associação de Bancos Argentinos (ADEBA) uma entidade única, a Associação de Bancos da Argentina (ABA). Em outros casos, a participação dos bancos estrangeiros no comando das associações foi garantida através de acordos informais, como é o caso da Associação de Banqueiros do México, onde uma vice-presidência é reservada para um banco estrangeiro, ou formalizadas em diretorias específicas, como é o caso da Federação Brasileira de Associações de Bancos - Febraban, que reserva uma diretoria para assuntos específicos dos bancos estrangeiros.

A questão central que se coloca diz respeito à relação entre o processo de globalização financeira e a estrutura e dinâmica dos órgãos de representação de classe do setor financeiro, especialmente as associações de bancos na América Latina.

doou R\$ 7 milhões e 700 mil reais, ou seja, o equivalente a 23% do total declarado. Os recursos foram mais abundantes na campanha de 1998, quando os bancos teriam doado R\$ 11.504 milhões ao candidato reeleito, equivalente a 26,73% da soma dos fundos levantados (Ribeiro, 1999, p. 1-13).

¹⁵ Para uma análise das associações de bancos nos países capitalistas avançados ver Coleman, 1994 e 1994a.

Um interessante estudo comparativo sobre as organizações de representação de classe do setor nos países capitalistas da Europa e da América do Norte foi realizado por Coleman (1994), incluindo cinco países - Canadá, França, Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra. O autor analisou a questão do poder político e o sistema de intermediação de interesses a partir de um conjunto de indicadores empíricos das situações organizacionais das associações do empresariado.

Com particular interesse para nossa pesquisa está a relação que Coleman procurou estabelecer entre o sistema de representação de classe e o processo de globalização financeira. Esta globalização criou intensa pressão para a desregulamentação dos mercados domésticos e por mais intensa supervisão das empresas de serviços do setor. A conclusão central do autor é que os sistemas de intermediação de interesses mais integrados, em termos verticais, favorecem a implantação de reformas do sistema financeiro. Assim, a realização de reformas bancárias teria sido mais fácil em países “com um sistema associativo mais desenvolvido”, como a França e a Alemanha (Coleman, 1994, p. 49).¹⁶

Em relação à América Latina, não conhecemos nenhuma pesquisa que realize uma análise na perspectiva indicada por Coleman. Uma observação preliminar, no entanto, pode levantar suspeita de que existe uma certa coincidência entre a dinâmica de implantação de reformas bancárias na América Latina e a maior dinamização e importância exatadamente da associação de cúpula do sistema, a Federação Latino-Americana de Bancos (Felaban). Assim, uma Federação mais dinâmica e atuante e com postura favorável à implantação de reformas poderia ser um instrumento estratégico para facilitar a implementação de reformas nos diversos países do continente. Um indicador desta situação está representado pelas conexões que se estabeleceram nos anos mais recentes entre a Felaban e o Fórum Hemisférico, que resultou, entre outros aspectos, na realização de uma ampla pesquisa sobre o sistema financeiro de cada país, que recebeu apoio do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID).

Em seu sentido mais geral, os argumentos e os dados apresentados por Coleman apoiam a hipótese que leva em consideração uma correlação entre a dinâmica de

¹⁶ Em contraste, diz Coleman, os dois países com sistemas associativos fracos, Canadá e Estados Unidos tiveram muito mais dificuldades. “O processo de reforma começou no Canadá em 1983, mas a legislação foi finalmente aprovada em 1991 e implementada em 1992. Nos Estados Unidos, começando no final dos anos 70, diversas tentativas ambiciosas de reforma, incluindo uma com a forte liderança do presidente George Bush em 1991, todas falharam.” (Coleman, 1994, p. 49) De fato, ainda em 1999 estava em discussão no Congresso norte-americano o projeto de lei de reforma financeira que reduz as barreiras entre os setores financeiros, somente aprovada em 2000.

implantação de reformas bancárias (desregulamentação e abertura) e a estrutura e dinâmica da representação de classe do empresariado, embora não possamos afirmar que, na América Latina, essa correlação siga na mesma direção daquela apontada por Coleman.

A pesquisa sobre as associações de bancos na América Latina

Na impossibilidade de avaliar essa correlação a partir de um conjunto amplo de dados, escolheu-se, como indicador específico em nossa pesquisa, a participação dos bancos estrangeiros na direção dos órgãos de representação de classe do sistema financeiro na América Latina.¹⁷ Em outros termos, buscou-se verificar em que medida grupos internacionais ou fortemente vinculados ao capital internacional assumiram um papel ativo no comando dos órgãos de representação de classe do empresariado na América Latina.

Os procedimentos metodológicos adotados nessa pesquisa incluíram a coleta de dados através de um questionário encaminhado às associações de bancos, complementados através de contatos por correio eletrônico e via telefônica, além de pesquisa bibliográfica e levantamento de dados disponíveis nos *sites* das Associações de Bancos, das instituições financeiras, dos bancos centrais, das bolsas de valores de vários países, dos jornais locais e de outras publicações especializadas.

Inicialmente, procurou-se identificar todos os membros da diretoria da associação¹⁸ e suas respectivas instituições financeiras (dado nem sempre disponível, o que exigiu, em alguns casos, vários contatos com as associações). Buscou-se então dados sobre as instituições financeiras, especialmente em relação ao controle acionário. Em muitos casos, a constatação do caráter estrangeiro do banco foi imediata, em outros exigiu uma busca mais apurada. Nos últimos cinco anos ocorreu um intenso processo de mudança no controle acionário das instituições financeiras, com privatizações, fusões, incorporações, com forte presença do capital externo. Além disso, bancos controlados por um mesmo conglomerado ou grupo financeiro podem atuar com diferentes denominações e associações em vários países. O foco central da pesquisa está no conglomerado financeiro e no grupo financeiro, mais que na empresa isolada.

¹⁷ Inicialmente, a pesquisa incluía entre seus objetivos tentar averiguar o posicionamento e a possível influência dessas associações nos processos que levaram a reformas nos sistemas financeiros e a uma maior abertura ao capital estrangeiro pelo menos nos países de maior peso econômico. Este último aspecto não pode ser analisado, colocando-se como objetivo a ser alcançado na continuidade da pesquisa.

¹⁸ Cargos considerados: presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, diretor e/ou *vocal*.

Algumas associações de bancos identificadas não puderam ser incluídas na pesquisa devido à insuficiência de dados, especialmente em relação ao controle acionário de instituições financeiras na América Central e à indicação precisa da composição da diretoria em 2000, ano base da pesquisa.¹⁹

As associações dos países de maior peso econômico na América Latina estão contempladas na análise (Quadro 1). No caso brasileiro, foram incluídas cinco associações, considerando-se a dimensão do sistema financeiro do país e o fato de que os bancos estão representados em mais de uma associação. O Brasil manteve seu sistema financeiro formalmente segmentado até 1988, quando foi permitida a constituição do banco múltiplo. No entanto, não ocorreu alteração maior na estrutura de representação, e as associações dos diversos segmentos mantiveram sua existência, ao lado de outras que contemplam a participação de vários segmentos do mercado financeiro, incluindo os bancos comerciais e múltiplos (como é o caso da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto - Andima).

Em muitos casos, além dos bancos comerciais e múltiplos, as associações de bancos dos demais países representam também outras instituições - empresas de arrendamento mercantil (*leasing*), financeiras, bancos hipotecários etc. - e, em algumas delas, esta representação mais ampla está explícita no próprio nome da entidade.²⁰

É importante observar que as instituições de seguro e as de arrendamento mercantil (*leasing*) mantêm estruturas próprias de representação em muitos países e, inclusive, constituem federações em âmbito latino-americano (Federación Latinoamericana de Seguros e Federación Latinoamérica de *Leasing*). No caso brasileiro, se observa uma tradicional vinculação dos bancos com a atividade seguradora e também de *leasing*. Na Federação Nacional das Seguradoras (Fenaseg) estão presentes os bancos-seguradoras, enquanto as empresas de *leasing* dos

¹⁹ Assim, foram excluídas da análise as seguintes entidades: Asociación de Bancos e Instituciones Financieras de Bolívia, Asociación de Bancos Privados de Ecuador, Asociación Bancaria de Guatemala, Asociación Hondureña de Instituciones Bancárias e Asociación Bancaria de Panamá. Em alguns casos, não foi possível constatar se as associações estavam ativas no ano 2000 (na Argentina, a Asociación de Banca Minorista, e a Asociación de Bancos del Interior de la República Argentina). A Associação de Bancos Comerciais Estaduais (Asbace), no Brasil, e a Asociación de Bancos Públicos y Privados de la República Argentina (Abapra), que representam basicamente bancos de controle estatal, também não foram incorporadas ao estudo.

²⁰ Como exemplos podemos citar a Asociación Bancaria de Venezuela (ABV), a Asociación de Bancos de Perú (Asbanc), a Asociación de Bancos e Instituciones Financieras (ABIFC) do Chile, a Asociación Bancaria y de Entidades Financieras de Colombia (Asobancaria), Asociación Bancaria Constarricense (ABC), Asociación Bancaria Salvadoreña (Abansa).

conglomerados financeiros participam da Associação Brasileira de Leasing (ABEL). Na América Latina, o processo de desregulamentação financeira ampliou a participação estrangeira nesses segmentos e, embora não tenha sido possível, sua inclusão na análise poderia ampliar os resultados aqui alcançados.

Em síntese, a pesquisa de campo levada a efeito nesse estudo incluiu 19 associações que representam os bancos e instituições financeiras privadas em 14 países da América Latina, incluindo a Federación Latinoamérica de Bancos (Felaban), e um total de 212 cargos de direção.

Associações de bancos na América Latina e participação dos bancos estrangeiros

Pode-se considerar que o processo de internacionalização do sistema financeiro na América Latina se expressa também em uma significativa presença de instituições estrangeiras nas direções dos órgãos de representação de classe em cada país, especialmente das associações de bancos. Como se verifica na Tabela 1, 48% dos 212 cargos considerados na análise, ou seja 101 postos de direção das associações, estão ocupados por representantes de bancos estrangeiros. Somados às posições de 14 bancos associados ao capital estrangeiro, que representam 7%, chega-se a mais da metade dos cargos (55%). Os bancos identificados como locais ou nacionais controlam 65 cargos (31 %). Para um conjunto de 32 bancos, que representam 15% dos bancos pesquisados, não foi possível identificar de forma mais precisa o controle acionário, embora possamos presumir que a maioria se constitua de bancos locais ou nacionais.

No caso específico das associações de bancos no Brasil, que compreendem 67 cargos de direção em cinco associações, verifica-se que 55% dos cargos estão sob controle de bancos estrangeiros e mais 10% em bancos associados ao capital estrangeiro, totalizando 65% do total de cargos (Tabela 2). A inclusão da ABBI, integrada exclusivamente por bancos estrangeiros,²¹ pode superestimar tal presença, razão pela qual apresentamos, na Tabela 3, os dados sobre as outras quatro associações brasileiras separados. Neste caso, a participação estrangeira passa a representar 39% dos cargos. Somada aos bancos associados ao capital estrangeiro, teríamos que 53% dos cargos de direção do conjunto das quatro associações brasileiras são ocupados por bancos estrangeiros ou associados.

²¹ Embora a ABBI represente os bancos estrangeiros no Brasil, seu estatuto permite a filiação de bancos brasileiros que atuem no exterior.

Indicações quantitativas desta natureza devem, é claro, ser tomadas com cuidados considerando-se o peso específico do sistema financeiro de cada país, as diferentes composições das diretorias das associações em termos do número de cargos, a abrangência da representação de cada uma delas, o número de associações em cada país e até, no caso brasileiro, a existência de uma associação de bancos estrangeiros (Associação Brasileira de Bancos Internacionais - ABBI). Entendidas, porém, em seu caráter mais geral, parecem ser um indicador de que os bancos estrangeiros adotam uma política de ativa participação nos órgãos de representação de classe do setor na América Latina.

Uma análise mais detalhada dos dados coletados pela pesquisa revela que a participação estrangeira nas associações de bancos na América Latina se realiza especialmente pela atuação de 11 grandes grupos internacionais dos Estados Unidos e da Europa, que ocupam 31,1% dos 212 cargos de direção (Tabela 4). Os exemplos mais significativos são o norte-americano Citibank (Citigroup), os espanhóis Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) e o Banco Santander Central Hispânico (BSCH), cada um deles atuando de forma simultânea em associações de classe do setor financeiro em sete países. No caso do Citibank, sua atuação se estende a 11 associações, sendo mais significativa sua atuação no Brasil, com participação nas cinco entidades estudadas.

Outros grupos também possuem uma participação significativa, com presença em associações de cinco países da América Latina: o ABN AMRO (com sede na Holanda e que atua no Brasil com a denominação de ABN AMRO Real), e o Sudameris (Itália). Ocupando cargos em associações de quatro países estão o HSBC (Inglaterra), o BankBoston (EUA), o Lloyds TSB (Inglaterra) e o Scotiabank (Canadá). O Chase Manhattan (EUA) e o Dresdner Bank (Alemanha) estão presentes, cada um, em associações de três países (Tabela 4).

Entre os cargos ocupados por esses grupos financeiros está a presidência de quatro associações, destacando-se o comando da Federación Latinoamericana de Bancos, órgão máximo de representação dos bancos, e a vice-presidência de dezesseis entidades associativas, seis das quais controladas pelos Citibank e BankBoston. A maioria dos cargos ocupados é o de diretor, aparecendo também funções de secretaria e tesouraria das associações (a identificação de todas as posições diretivas sob comando dos onze grupos financeiros internacionais se encontra no Quadro 2).

A presença estrangeira é marcante na direção das associações de bancos em alguns países, como se comprova na Tabela 5: Argentina (89% dos cargos), Uruguai (71%), Peru (67%), El Salvador (60%), Chile (56%), Paraguai (50%), Venezuela

(44,4%), México (40%) e apresenta-se reduzida em outros: Bolívia (25%), Costa Rica (22%), República Dominicana (21%) e Colômbia (20%).

Pode-se estabelecer um paralelo entre o percentual de controle de ativos financeiros pelos bancos estrangeiros no sistema financeiro desses países e a participação relativa na direção das associações. Assim, em dezembro de 1999, os bancos estrangeiros controlavam 53,6% dos ativos totais do sistema financeiro no Chile, 41,9% na Venezuela e 17,8% na Colômbia. Porém, em alguns casos, a participação relativa no comando associativo se apresenta claramente superestimada pois muito mais expressiva que a participação nos ativos, como é o caso da Argentina onde, no mesmo período, os bancos estrangeiros controlavam 48,6% dos ativos (89% na direção da Associação), do Peru com 33,4% (67% na Associação) e 18,8 % dos ativos no México (40% na Associação).²²

Os dados apresentados reforçam a hipótese da formação do que temos denominado *redes transassociativas*, interpretadas como redes que se formam a partir da participação simultânea de uma mesma empresa ou grupo econômico - no nosso caso uma instituição, um conglomerado financeiro, ou um grupo financeiro - em várias associações de classe, inclusive em diferentes países.²³ Poderíamos assim falar em uma rede transassociativa no sistema financeiro da América Latina estabelecida especialmente pelos 11 grupos mencionados.²⁴

Pode-se pensar aqui na possibilidade de uma atuação articulada desses grupos na busca de definição de estratégias comuns para as Associações de Bancos na América Latina. O alcance e o significado dessas redes transassociativas podem ser discutidos a partir da literatura internacional que analisa as redes corporativas.

Ao constituir redes transassociativas, os maiores grupos estabelecem um acesso direto ao processo formal de discussões, análises e decisões dos órgãos de representação de classe do sistema financeiro na América Latina. Em que medida influenciam a dinâmica interna e o posicionamento desses órgãos é uma questão em aberto, mas sem dúvida sua presença constitui, no mínimo, um elemento inibidor de posicionamento que pode acarretar constrangimentos aos interesses dos grupos financeiros internacionais.

²² Dados sobre ativos financeiros cf. Cintra e Castro, 2001, p. 30.

²³ Em pesquisa anterior que considerou a direção de nove associações de classe dos vários segmentos do sistema financeiro brasileiro, durante o período de 1989 a 1995, constatou-se que um mesmo grupo financeiro, através de diferentes empresas, participava na diretoria de várias associações, algumas de forma simultânea (Minella, 1996).

²⁴ No caso estamos definindo a constituição de uma rede a partir da participação em associações de pelo menos três países.

Em princípio, pode-se supor que tais bancos reforcem tendências favoráveis à maior abertura e desregulamentação financeiras. Na medida que os bancos estrangeiros constituem maioria em algumas associações e/ou ocupam cargos principais, cria-se um enorme potencial para controle estratégico e um instrumento de coordenação ou vigilância da vida associativa.²⁵ Neste sentido, talvez as discussões e a implementação de reformas financeiras, além de outras definições de políticas econômicas nos países latino-americano, seriam melhor analisadas se levassem em conta a participação dos bancos estrangeiros nas associações que representam os interesses do setor financeiro na América Latina.

O contexto específico de cada país é diverso, mas a existência de uma rede transassociativa poderia ser favorável à implementação de uma política comum para os diversos países e facilitar a implantação das reformas de cunho neoliberal, além de práticas de regulação e supervisão das instituições definidas através de uma coordenação internacional.

A possibilidade de constituir uma rede desta natureza é um elemento que indica e, ao mesmo tempo, reforça as assimetrias existentes no sistema financeiro internacional. Não foi possível constatar, em nossa pesquisa, que mesmo os maiores bancos privados da América Latina tenham gerado uma rede com tal capacidade de atuação simultânea em tantas associações, em diversos países.²⁶ Assim, são alguns grupos financeiros internacionais que ganham centralidade na rede transassociativa na América Latina.

A existência de redes desta natureza pode ser um indicador de alteração na dinâmica da estrutura de representação corporativa, na medida em que cria possibilidades de articular posições e ações semelhantes e em diversas associações, mesmo que não existam ligações formais entre elas. Daí ser necessário introduzir nas análises da estrutura e dinâmica da representação corporativa, os elementos aqui apontados em termos de redes transassociativas.

No estudo sobre diretorias cruzadas, tem merecido especial destaque a sua abordagem enquanto componente do sistema de comunicação do mundo corporativo.²⁷ Tais diretorias oferecem um enorme potencial para troca de informações (Mintz e Schwartz, 1985, p. 134). Esta análise pode ser adequadamente referida

²¹Inspirado nas observações que Mintz e Schwartz fazem em relação às redes corporativas (1985, p. 130).

²² O Banco Itaú, o segundo maior banco privado do Brasil, ocupa cargos na direção de órgãos associativos no Brasil e na Argentina. Na América Central, apesar dos limites dos dados levantados, é possível perceber que alguns bancos da região atuam em mais de uma associação.

²³ No caso brasileiro, carecemos de estudos sistemáticos sobre diretorias cruzadas. Interesses de pesquisa mais recentes, no entanto, têm chamado atenção para este tópico e realizado levantamentos preliminares de dados que poderão evoluir para uma análise mais ampla das diretorias entrelaçadas no mundo corporativo brasileiro (Cruz, 1994).

às redes transassociativas. Um grupo financeiro que atua simultaneamente em associações de sete países potencializa seu nível de informação sobre a dinâmica empresarial e seu relacionamento com os governos dos respectivos países. Pode assim coletar informações acerca de alianças e conflitos internos dentro do próprio segmento financeiro e avaliar alternativas de ação corporativa a partir de uma perspectiva mais ampla.

Cabe ainda enfatizar o status público que as associações empresariais normalmente ganham na América Latina e nesta condição ocupam uma posição privilegiada na interação com os respectivos governos. Em alguns casos, a magnitude da presença estrangeira nas associações de bancos pode ter impacto específico nas negociações governamentais em situação de crise financeira, como é o caso da Argentina atualmente.

Considerações finais

Nossa análise procurou inserir as associações de bancos no conjunto de alguns elementos centrais que hoje configuram o poder das instituições financeiras no capitalismo contemporâneo. Em síntese, a análise do poder destas instituições, no atual contexto latino-americano e mundial, revela o controle sobre o volume e o fluxo de capitais, que afeta o conjunto da economia e cria constrangimentos aos processos decisórios de empresas e governos. Este poder se incrementa ainda pelo fato de que muitas delas se constituem como grupos financeiros, com uma diversificada gama de controle ou participação acionária em diversos ramos da economia. Algumas dessas instituições têm presença ativa nas associações de representação de classe do setor financeiro na América Latina. Além disso, deve-se levar em conta a influência direta ou indireta no comando dos postos-chave de decisão das políticas econômicas e a participação no processo político (neste caso, o financiamento das campanhas eleitorais é apenas um dos indicadores).

Em termos gerais, a hegemonia financeira sobre a economia latino-americana se ampliou ao se considerar a evolução da dívida externa e interna, tornando mais evidente o constrangimento sobre as políticas macroeconômicas pelos grandes conglomerados e grupos financeiros locais e internacionais, e organismos financeiros como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Em termos gerais, a ação estatal consolida a percepção de que, em seu conjunto, as atividades e as políticas governamentais contemporâneas estão cada vez mais sujeitas aos interesses e à lógica de acumulação do mercado financeiro - vale dizer de um conjunto reduzido de instituições financeiras - em dimensão nacional e internacional.

Uma análise mais detalhada do tema requer o exame das redes corporativas mundiais e especialmente das redes financeiras internacionais. Estas são basicamente constituídas pelas relações interbancárias e pelas relações dos bancos com seus clientes privados e governamentais. O entrelaçamento de participações acionárias, os acordos estratégicos, a presença de diretorias cruzadas e redes familiares são todos elementos a serem considerados.

Considerando-se o atual processo de globalização financeira que implica, entre outros aspectos, em maior desregulamentação e abertura dos sistemas nacionais à participação de instituições estrangeiras, procurou-se avaliar as implicações deste processo sobre a estrutura e a dinâmica das associações do empresariado do setor.

Ao tomarmos a participação dos bancos estrangeiros nas associações de bancos da América Latina como indicador deste processo, constatamos que tais bancos têm uma significativa participação no comando dos órgãos associativos. Esta participação se caracteriza primeiro, pela maior presença de bancos e/ou grupos financeiros dos Estados Unidos e da Europa, em termos comparativos à atuação de bancos latino-americanos participando nas associações fora de seu país de origem. A segunda característica é a expressiva concentração da participação de 11 grupos financeiros internacionais e, terceira e decorrente, a atuação simultânea desses grupos nas associações em vários países.

Os dados levantados reforçam a percepção da existência de *redes transassociativas* formadas, como foi indicado, pela presença de uma mesma instituição, conglomerado ou grupo financeiro na direção de várias associações, ao mesmo tempo e em diferentes países (no caso estudado, formada pelas onze instituições mencionadas). O significado dessa rede pode ser interpretado de várias formas. Indica e reforça assimetrias de poder corporativo no sistema financeiro internacional, expande a possibilidade de posicionamentos e atuações coordenadas na América Latina, e cria um canal privilegiado de fluxo de informação sobre a estrutura e dinâmica da representação de classe do setor financeiro no continente, tanto no que diz respeito a seus arranjos e conflitos internos quanto na sua relação com os governos e o aparato estatal em cada país.

Pode-se concluir daí que os posicionamentos e as ações corporativas e políticas das associações de classe deste setor na América Latina não podem ser devidamente analisadas sem levar em conta a presença dos bancos estrangeiros, especialmente de alguns grandes grupos internacionais e o fato de que atuam de forma simultânea em várias associações. Neste sentido, os grupos internacionais, através de sua participação em órgãos que ganham “status público” na estrutura de representação de interesses, podem de alguma forma interferir na dinâmica dos sistemas financeiros locais.

Em que medida este fenômeno observado no setor financeiro pode ser estendido a outros setores da representação corporativa na América Latina? Considerando-se a intensidade dos processos de desnacionalização da economia do continente nos últimos anos, pode-se supor que um processo semelhante pode estar ocorrendo no sistema representativo dos setores com maior participação de capital estrangeiro.

Quadro 1: América Latina - Associações de Bancos Incluídas na pesquisa - 2000

País	Associações de Bancos	Sigla
Argentina	Asociación de Bancos de la Argentina (1)	ABA
Bolívia	Asociación de Bancos Privados de Bolivia	Asoban
Brasil	Associação Brasileira de Bancos	Abbc
Brasil	Associação Brasileira de Bancos de Investimento e Desenvolvimento	Anbid
Brasil	Federação Brasileira de Associações de Bancos Federação Nacional de Bancos (2)	Febraban Fenaban
Brasil	Associação Brasileira de Bancos Internacionais	Abbi
Brasil	Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto	Andima
Chile	Asociación de Bancos e Instituciones Financieras de Chile	Abifc
Colômbia	Asociación Bancaria y de Entidades Financieras de Colombia	Asobancaria
Colômbia	Federación Latinoamericana de Bancos (3)	Felaban
Costa Rica	Asociación Bancaria Costarricense	ABC
El Salvador	Asociación Bancaria Salvadoreña	Abansa
México	Asociación de Banqueros de México	ABM
Nicarágua	Asociación de Bancos Privados de Nicaragua	Asobap
Paraguai	Asociación de Bancos del Paraguay	ABP
Peru	Asociación de Bancos de Peru	Asbanc
República Dominicana	Asociación de Bancos Comerciales de la República Dominicana	Abcrd
Uruguai	Asociación de Bancos del Uruguay	ABU
Venezuela	Asociación Bancaria de Venezuela	ABV

Fonte: Dados das associações coletados através de questionário, correio eletrônico, contato telefônico e páginas disponíveis na internet.

- (1) Resultou da fusão entre a Asociación de Bancos Argentinos (ADEBA) e a Asociación de Bancos de la República Argentina (ABRA) ocorrida em 1999.
- (2) A FENABAN (entidade sindical) e a FEBRABAN operam de forma conjunta, tendo a mesma diretoria.
- (3) A sede da Federação está localizada em Bogotá.

Quadro 2: Grupos financeiros internacionais Participação em Associações de Bancos na América Latina - Cargos ocupados – 2000

Grupo Financeiro	País	Associação	Cargo
CITIBANK (CITIGROUP)	Argentina	ABA	VP
	Brasil	Abbc	VP
		Anbid	DTS
		Febraban(1)	D
		Abbi	DT
		Andima	D
	Chile	Abifc	VP
	Colômbia	Asobancaria	JD
	Costa Rica	ABC	D
Venezuela	ABV	D	
Rep. Dominicana	Abcrd	D	
BILBAO	Argentina	ABA (2)	D
VIZCAYA	Brasil	Abbi	DT
ARGENTINA	Colômbia	Asobancaria	JD
(BBVA)	Peru	Asbanc (3)	D
	Uruguai	ABU	D
	Venezuela	ABV(4)	D
	México	ABM	P; CA (5)
SANTANDER	Argentina	ABA (6)	D
CENTRAL	Brasil	Anbid	DT
HISPÁNICO	Bolívia	Asoban (7)	VP
(BSCH)	Chile	Abifc	VP
	Colômbia	Asobancaria	JD
	Peru	Asbanc	D
	México	ABM (8)	CA
ABN AMRO	Brasil	Febraban (9)	D
		Abbi	VP
	Bolívia	Asoban	D
	Colômbia	Felaban	P; VP
	Paraguai	ABP	D
	Uruguai	ABU	D
Venezuela	ABV	D	
SUDAMERIS	Argentina	ABA	D
	Brasil	Febraban	D
		Abbi	VP
	Colômbia	Asobancaria	JD
	Peru	Asbanc (10)	D
Uruguai	ABU	VP	
HSBC	Argentina	ABA	D
	Brasil	Anbid	DT
		Febraban	D
	Uruguai	ABU	S
Venezuela	ABV	D	

Quadro 2 (continuação) Grupos financeiros internacionais – Participação em Associações de Bancos na América Latina – Cargos ocupados – 2000

Grupo Financeiro	País	Associação	Cargo
BANKBOSTON	Argentina	ABA	VP
	Brasil	Abbc	VP
		Abbi	PH; VP; DT
	Chile	Abifc	DT
	Peru	Asbanc	D
LLOLYDS TSB	Argentina	ABA	D
	Brasil	Abbi	VP
		Andima	D
	Paraguai	ABP	D
	Uruguai	ABU	D
SCOTIABANK	Argentina	ABA	D
	El Salvador	Abansa (11)	T
	Peru	Asbanc (12)	P
	Rep. Dominicana	Abcrd	T
CHASE MANHATAN	Argentina	ABA	D
	Brasil	Anbid	VP
	Uruguai	ABU (13)	P
DRESDNER BANK	Brasil	Anbid	VP
	Uruguai	ABU	P
	México	ABM	VP

Fonte: Dados das associações coletados através de questionário, correio eletrônico, contato telefônico e páginas disponíveis na internet.

Siglas: CA: Comissão Assessora; D: Diretor; DT: Diretor Técnico; JD: Junta Diretiva (membro); P: Presidente; PH: Presidente de Honra; VP: Vice-presidente; S: Secretário; T: Tesoureiro.

Notas:

- (1) Sempre que nos referimos à FEBRABAN estamos incluindo também a FENABAN.
- (2) Através do Banco Francês.
- (3) BBV Banco Continental
- (4) Através do Banco Provincial (BBV de Venezuela);
- (5) Somente no caso desta associação consideramos as Comissões Assessoras devido à posição específica que assumem na estrutura da Associação (os chamados diretores da entidade não se vinculam diretamente aos bancos).
- (6) Através do Banco Río de la Plata;
- (7) Através do Banco Santa Cruz;
- (8) Através do Grupo Financeiro Serfin;
- (9) No Brasil, Banco Real ABN AMRO;
- (10) Através do Banco Wiese Sudameris;
- (11) Através de Ahorromet Scotiabank;
- (12) Através do Banco Sudamericano, com participação do *The Bank of Nova Scotia* (30%);
- (13) Através do Banco Comercial, controlado pelos Bancos: *Credit Suisse First Boston* (Subsidiária do *Swiss Bank Credit Suisse Group*), *Dresdner Bank* e *Chase Manhattan Corporation*.

Tabela 1: América Latina - Associações de Bancos pesquisadas
Distribuição dos cargos de direção por tipo de banco - 2000

Bancos	Cargos	%
Estrangeiros	101	48
Associados a estrangeiros	14	7
Locais, nacionais ou de controle estatal	65	31
Sem dados (1)	32	15
Total de cargos	212	100

Fonte: Dados das associações coletados através de questionário, correio eletrônico, contato telefônico e páginas disponíveis na internet.

(1) Sem dados conclusivos sobre o controle acionário do Banco.

Tabela 2: Brasil - Associações de Bancos
Distribuição dos cargos de direção por tipo de banco - 2000

Tipo de banco	Estrangeiros	Associados a estrangeiros	Locais, nacionais ou de controle estatal	Sem dados (1)
Associação				
ABBI	18	---	---	---
ANBID	8	2	5	---
ABBC	4	1	5	1
FEBRABAN	4	1	7	1
ANDIMA*	3	3	4	---
Total de cargos	37	7	21	2

Fonte: Dados das associações coletados através de questionário, correio eletrônico, contato telefônico e páginas disponíveis na internet.

(1) Sem identificação precisa do controle acionário (provavelmente bancos locais ou nacionais)

(*) Além de bancos, inclui outras instituições financeiras.

Tabela 3: Associações de Bancos - Distribuição dos cargos de direção 2000
Comparação Brasil e demais países da América Latina

INTUTUIÇÃO PAÍS	Bancos			
	Estrangeiros	Associados a estrangeiros	Locais, nacionais ou de controle estatal	Sem dados (1)
América Latina (2)	62	6	39	29
Brasil (3)	37	7	21	2
Brasil (sem ABBI)	19	7	21	2
FELABAN	2	1	5	1
TOTAL de cargos	101	14	65	32

Tabela 4: Grupos Financeiros Internacionais Participação em diretorias das Associações de Bancos na América Latina - 2000

Grupos (1)	Países	Associações	Cargos Ocupados
CITIBANK (CITIGROUP)	7	11	11
BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (BBVA)	7	7	8
SANTANDER CENTRAL HISPANO (BSCH)	7	7	7
ABN AMRO	5	7*	8*
SUDAMERIS	5	6	6
HSBC	4	5	5
BANKBOSTON	4	5	7
LLOYDS TSB	4	5	5
SCOTIABANK	4	4	4
CHASE MANHATTAN	3	3	3
DRESDNER BANK	3	3	3
TOTAL DE CARGOS OCUPADOS			66 (**)
Participação relativa sobre o total de 212 cargos			31,1%

Fonte: Dados das associações coletados através de questionário, correio eletrônico, contato telefônico e páginas disponíveis na internet.

(1) Grupos que participam de Associações de Bancos em três ou mais países.

(*) Inclui participação na FELABAN.

(**) Dois bancos incluídos no quadro, o Dresdner Bank e o Chase Manhattan, ocupam um mesmo cargo (presidência) na Associação de Bancos do Uruguai, através do Banco Comercial. Entre os controladores do Banco Comercial encontra-se também o Crédit Suisse First Boston (subsidiária do Swiss Bank Credit Suisse Group). Assim, o total de cargos efetivos é de 66 e não 67.

Fonte: Dados das associações coletados através de questionário, correio eletrônico, contato telefônico e páginas disponíveis na internet. (1) Sem dados conclusivos sobre o controle acionário do Banco que ocupa o cargo.

(2) Treze países: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Nicarágua, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela, México e República Dominicana.

(3) Foram incluídas cinco associações de classe: FEBRABAN, ABBI, ABBC, ANDIMA e ANBID.

Tabela 5: Associações de bancos na América Latina Participação dos bancos estrangeiros nos cargos de direção por associação - 2000

Associação	País	Cargos da Associação		
		Ocupados por Bancos Estrangeiros		Total de cargos da associação
		Absolutos	%	
ABBI	Brasil	18	100,0	100,0
ABA	Argentina	17	89,5	89,5
ABU	Uruguai	5	71,4	71,4
ASBANC	Peru	6	66,6	66,6
ABANSA	El Salvador	3	60,0	60,0
ABIFC	Chile	5	55,6	55,6
ABP	Paraguai	3	50,0	50,0
ABV	Venezuela	4	44,4	44,4
ABM	México	4	40,0	40,0
ABBC	Brasil	4	36,3	36,3
ASOBAP	Nicarágua	4	36,0	36,0
FEBRABAN	Brasil	4	30,7	30,7
ANDIMA	Brasil	3	30,0	30,0
ASOBAN	Bolívia	2	25,0	25,0
FELABAN	Colômbia	2	22,2	22,2
ABC	Costa Rica	2	22,0	22,0
ABCRD	Rep. Dominicana	3	21,4	21,4
ASOBANCARIA	Colômbia	4	20,0	20,0
	Total de cargos	101	48	48

Fonte: Dados das associações coletados através de questionário, correio eletrônico, contato telefônico e páginas disponíveis na internet.

Referências

- ALCORTA, Ludovico. *El nuevo capital financiero: grupos financieros y ganancias sistémicas en el Perú*. Lima: Fundación Friedrich Ebert, 1992.
- ANDIMA. *Informativo Andima*. Rio de Janeiro. Vários números.
- _____. *Retrospectiva Andima* 1998. Rio de Janeiro, 1999.
- _____. *Retrospectiva Andima* 1999. Rio de Janeiro, 2000.
- AZPIAZU, Daniel; BASUALDO, Eduardo; KHAVISSE, Miguel. *El nuevo poder económico en la Argentina de los años 80*. 3. ed. Buenos Aires: Editorial Legasa, 1989.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Boletim do Banco Central do Brasil*. Vários números.

- _____. *Relatório Anual*. 1998 e 1999.
- _____. *Sistema Financeiro Nacional* - 1989 a 2000. www: 4.bcb.gov.br/deorf/e88, 2000.
- BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização global. O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1997, p. 195-242.
- CARVALHO, Maria Christina. Lucros gordos na compra dos bancos estatais. *Gazeta Mercantil*, p. B-1 e 2, 17.11.98.
- CHESNAIS, François (Coord.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998a.
- _____. A fisionomia das crises no regime de acumulação sob dominância financeira. *Novos Estudos Cebrap*, n. 52, p. 21-53, nov. 1998.
- CINTRA, Marcos A. Macedo; FREITAS, Maria C Penido de. (Orgs.). *Transformações institucionais dos sistemas financeiros: um estudo comparado*. São Paulo: Fundap-Fapesp, 1998.
- CINTRA, Marcos A. Macedo; CASTRO, Elza Moreira M. de. A tendência à dolarização dos países latino-americanos. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 60, p. 27-42, jul. 2001.
- COLEMAN, Willian D. Policy convergence in banking: a comparative study. *Political Studies*, v. XLII, p. 274-292, 1994a.
- _____. Banking, interest intermediation and political power. A framework for comparative analysis. *European journal of political research*, v. 26, n. 1, p. 31-58, jul. 1994.
- COMIN, Alexandre; OLIVEIRA, Francisco de; SARAIVA, Flávio; LINO, Hélio. Crise e concentração: quem é quem na indústria de São Paulo. *Novos Estudos Cebrap*, n. 39, p. 149-171, jul. 1994.
- CRUZ, Sebastião V. *Relatório parcial de atividades*, Projeto Reestruturação econômica e empresariado. O caso brasileiro, Campinas, 1994, mimeo.
- FITOUSSI, Jean-Paul. *O debate-tabu: moeda, Europa, pobreza*. Lisboa: Terramar, 1997.
- FREITAS, Maria C. Penido de e PRATES, Daniela M. Abertura financeira na América Latina: as experiências da Argentina, Brasil e México. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 11, p. 173-198. dez. 1988.
- FREITAS, Maria C. P.de (Org.). *Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90*. São Paulo: Fundap/Fapesp; Brasília: IPEA, 1999.
- GAZETA MERCANTIL. *Balanço Anual*. 1995, 1996, 1999 e 2000.
- GLASBERG, Davita Silfen e SKIDMORE, Dan. *Corporate welfare policy and the welfare State: bank deregulation and the savings and loan bailout*. New York: Aldine de Gruyter, 1997.
- GOÑÇALVES, Reinaldo. Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica. *Revista Brasileira de Economia*, n. 45, v. 4, p. 491-518, 1991.
- GOÑÇALVES, Reinaldo; BAUMANN, Renato; PRADO, Luiz C. Delorme; CANUTO, Otaviano. *A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira*. 3. ed., Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 148-162.
- GRANOVETTER, Mark. Business Groups. In: SMELSER, Neil J. e SWEDBERG, Richard (Eds.). *The handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 453-475.

- GROS, Denise B. *Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, 2003. (Teses FEE n. 6).
- HELLEINER, Eric. *States and the reemergence of global finance: from Breton Woods to the 1990s*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1994.
- MINELLA, Ary. Grupos financeiros e organização da burguesia financeira no Brasil. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 80-94, 1996.
- MINTZ, Beth; SCHWARTZ, Michael. *The power structure of American business*. Chicago: University of Chicago Press, 1985.
- MIZRUCHI, Mark. *The structure of corporate political action: interfirm relations and their consequences*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- MIZRUCHI, Mark.; STEARNS, Linda B. Money, banking and Financial Market. In: SMELSER, Neil J. e SWEDBERG, Richard (Eds.). *The handbook of economic sociology*, Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 313-341.
- NEIVA, Pedro. *Estrutura de poder e processo decisório na regulamentação do sistema financeiro nacional: uma proposta de análise sob a perspectiva da não-decisão*. Brasília: UnB, Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais. (Dissertação de Mestrado), 1995.
- NOVELLI, José M. N. *Burocracia, dirigentes estatais e idéias econômicas: um estudo de caso sobre o Banco Central do Brasil (1965-1998)*. (Dissertação em Ciência Política) Campinas: Unicamp, 1999.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*, 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SCHILLER, Herbert. *Culture Inc. The corporate takeover of public expression*. New York: Oxford University Press, 1989.
- PORTUGAL Jr., José Geraldo (Org.). Grupos econômicos: expressão institucional da unidade empresarial contemporânea. In: *Estudos de Economia do Setor Público*, 2. São Paulo: Fundap/IESP, 1994.
- PRATES, Daniela Magalhães. *Abertura financeira e vulnerabilidade externa: a economia brasileira na década de noventa*. (Dissertação de Mestrado). Campinas: Unicamp/IE, 1997.
- PREVIDELLO, Maysa. BC regula última linha do PROES. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 19 mar. 1997. p. B-9.
- RIBEIRO, Alex. Bancos lideram contribuições a FHC. *Folha de São Paulo*, 6 jun. 1999, p. 1-13.
- SCHVARZER, Jorge. Grandes grupos económicos en Argentina: formas de propiedad y lógicas de expansión. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 57, n. 4, p. 191-210, oct.-dic. 1995.
- STOLOVICH, Luís. Los grupos económicos de Argentina, Brasil y Uruguay. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 57, n. 4, p. 173-189, out.-dic. 1995.
- _____. *El poder económico en el Mercosur*. Montevideú: Centro Uruguay Independente, 1993.

Texto recebido em 10.07.2003 e aprovado em 30.07.2003.